

PAICV - SANTO ANTÃO

Concelhias em fase de mudança

As três estruturas concelhias do PAICV em Santo Antão encontram-se em fase de reestruturação com vista ao próximo embate eleitoral. O processo já foi consolidado no Paul e na Ribeira Grande com listas consensuais, mas no Porto Novo tudo parece caminhar para uma disputa "acirrada" entre o actual líder, Carlos Delgado, e uma candidatura apoiada por Rosa Rocha.

Tudo indica que a ex-concorrente à Câmara do Porto Novo, Rosa Rocha, apoiará a candidatura do arquitecto Vicente Reis à liderança do PAICV naquele concelho, nas eleições marcadas para o próximo dia 12 de Março. Ao que A Semana apurou, os pormenores dessa lista opositora a Carlos Delgado terão sido acertados na quinta-feira passada e só uma adesão fraca dos militantes ao projecto poderá ditar uma desistência daquela candidatura, comandada pelos três vereadores eleitos na equipa tamarina.

Por ora, o grande desafio dos opositores de Delgado é desmontar a ideia propagada nos últimos dias no Porto Novo de que pretendem "limpar todos os actuais dirigentes da estrutura concelhia". Na verdade, "queremos combater o estilo de liderança mas isso não significa que estejamos contra todos aqueles que pertencem ao actual secretariado; até porque tem gente ali que nos é próxima e contamos com eles para o nosso projecto", reitera uma fonte daquele grupo.

De todo o modo, após as críticas à sua gestão feitas há quinze dias neste jornal por Rosa Rocha, Carlos Delgado mobilizou as suas forças no terreno e já tem uma lista pronta para apresentar aos militantes do PAICV no Porto Novo. Um novo projecto no qual ele junta várias gerações tamarinas, mas aposta sobremaneira nas mulheres e nos jovens para enfrentar os próximos embates eleitorais.

Segundo aquele dirigente, "nesta altura o partido precisa de pessoas que trabalham em regime de empreitada" porque, além de combater as políticas do autarca ventoinha Amadeu Cruz, será necessário "demonstrar aos portonovenses o trabalho feito pelo governo do PAICV". Só assim, reitera Delgado, aquele partido pode almejar "bons resultados nas próximas legislativas".

O candidato da situação não quer, todavia, alimentar nenhuma polémica quanto ao processo eleitoral no Porto Novo, preferindo não se pronunciar sobre o discurso crítico do grupo opositor. "Vamos conduzir o processo com calma porque, no fundo, todos nós queremos dar o nosso contributo para o bem do Porto Novo. Prefiro falar dos apoios ao meu projecto do actual secretariado e de elementos novos como o recém-eleito líder local da JPAI, Rufino Évora", sublinha Delgado.

Só que, na prática, não se tem verificado essa serenidade e, com o aproximar da data do escrutínio, as coisas tendem a aquecer ainda mais. Ademais, os jogos de bastidores já começaram e ninguém parece poupar esforços para convencer os militantes de que o seu projecto é o melhor para o partido nos próximos três anos.

Mas, se no Porto Novo tudo aponta para uma disputa "acirrada" entre a situação e os opositores, no Paul e na Ribeira Grande o processo foi muito menos "polémico". Nesses dois concelhos, verificaram-se mudanças nas direcções regionais porém tudo foi feito de modo consensual.

Sendo assim, no Paul, desde Janeiro, é Jorge Andrade quem chefia a estrutura local do PAICV. Andrade substituiu Alfredo Gonçalves, que não conseguiu conduzir o partido tamarina à vitória nas autárquicas do ano passado.

Na Ribeira Grande, a direcção regional foi entregue a Domingos Rodrigues, depois da saída de Vlademiro Tolentino. Rodrigues dirige uma equipa totalmente renovada, cuja missão é convencer os ribeiragrândenses de que o PAICV "merece continuar a governar o país".

JAM

Arnaldo Andrade disponível para o cargo de Secretário-Geral

Arnaldo Andrade, sociólogo e deputado da nação, diz estar disponível para avançar com a sua candidatura ao cargo de Secretário-Geral do PAICV, caso o Conselho Nacional deste formular convite nesse sentido. Andrade justifica ser, neste momento, fundamental que todos os militantes se disponibilizem para que o partido ganhe as próximas eleições legislativas. Mário Matos é um outro dirigente referido para o mesmo posto.

A eleição de um novo Secretário-Geral do PAICV a tempo inteiro tem constituído motivo de preocupação por vários dirigentes e militantes dessa força política no poder, nomeadamente os das diferentes estruturas concelhias. A intenção é substituir o SG cessante, Rui Semedo, que vem acumulando o citado cargo com o de líder parlamentar. A medida tem como propósito fundamental redinamizar a máquina tamarina, tendo em vista as eleições gerais de 2006.

O assunto será discutido na próxima reunião do Conselho Nacional, que decorrerá a partir de amanhã, 26, até ao dia 28, na Praia. Além do nome de Arnaldo Andrade, o de Mário Matos, que é também deputado e sociólogo de profissão, foi o primeiro referido, entre alguns dirigentes e militantes, como o que reúne



mais consenso para desempenhar tal função. Mas fontes do mesmo partido não confirmaram, até ao fecho desta edição, se Matos aceitou ou não o convite do presidente do PAICV para se candidatar àquele posto.

Posicionamento bem diferente assumiu Arnaldo Andrade, avançado, recentemente, como uma outra possível alternativa para o lugar mencionado. Abordado por este jornal, o deputado diz estar disponível para assumir o desafio em causa, caso o Conselho Nacional mostrar inte-

resse nesse sentido. "Eu estou sempre disponível para os desafios que o meu partido tem pela frente. Se houver manifestação de vontade do CN para me candidatar ao cargo de Secretário-Geral do PAICV, estou disponível para aceitar esse desafio".

Andrade fundamenta que, numa altura de pré-campanha eleitoral como esta, qualquer militante tem de estar pronto para aceitar todos os desafios que forem necessários para o trabalho partidário. "Eu posso aceitar o convite para o cargo de SG, porque é importante que, neste momento, disponibilizemos todas as energias para ganharmos o próximo acto eleitoral".

É que, conforme o entrevistado de A Semana, o PAICV tem uma visão clara sobre o desenvolvimento de Cabo Verde, há um caminho iniciado e existem vários projectos em curso no âmbito do processo da transformação do país. "Portanto, temos todos que trabalhar e ganhar essa batalha".

Arnaldo Andrade fez, no entanto, questão de realçar que, até este momento, ninguém o abordou para se candidatar ao referido cargo de Secretário-Geral do PAICV e que nem tão-pouco está envolvido em iniciativas que tenham como propósito atingir tal fim.

Alirio Dias de Pina

MPD- SANTO ANTÃO

Ala Jorge Santos começa a reinar

Osvaldino Silva, apoiado por Jorge Santos, foi eleito coordenador do Movimento para a Democracia no Porto Novo neste fim-de-semana, numa disputa a dois com José Salomão, este tido como próximo a Agostinho Lopes. Um sinal de que Jorge Santos, candidato derrotado na última Convenção do MpD, começa a exercer a sua influência nas estruturas regionais daquele partido em Santo Antão.

Com o apoio de figuras ventoinhas influentes em Santo Antão, Osvaldino Silva conseguiu uma vitória esmagadora para a coordenação do MpD no Porto Novo, já que, dos 332 votos válidos, arrecadou 231 contra 101 de José Salomão. Mas o mérito desse triunfo é atribuído também aos apoios expressos de Jorge Santos e Joel Barros àquele dirigente, cuja meta principal é manter os dois deputados do MpD eleitos por Porto Novo ou conquistar o terceiro mandato nas próximas Legislativas.

Sendo certo que o "padrinho político" do novo coordenador ventoinha naquele concelho é JS, há quem entenda que estará estabelecido em Santo Antão o primeiro foco de resistência à liderança de Agostinho Lopes. "Santos esteve aqui no Porto Novo a fazer campanha porque queria, decerto, colocar uma pessoa da sua confiança na direcção concelhia do partido. E é possível que venha a acontecer o mesmo quando se realizarem as eleições na Ribeira Grande e no Paul, pois sabemos que ele goza de alguma admiração nesta ilha e exerce a sua influência nos núcleos", observa uma fonte de A Semana.

Uma ideia que Silva faz questão de refutar porque, no seu entender, não é hora de fazer oposição a ninguém dentro do partido. "Não nego que recebi o apoio de JS para derrotar um candidato próximo a AL, mas isso não significa que a minha equipa vá fazer oposição ao actual líder do MpD. Antes pelo contrário, estamos aqui para ajudar AL a concretizar o principal objectivo da moção de estratégia aprovada na última Convenção do partido, que é uma vitória nas próximas eleições legislativas", sublinha. Contudo, Lopes reconhece que JS é "um osso duro de roer para qualquer opositor e está no partido para ser uma mais-valia".

Seja como for, dessa eleição no Porto Novo ressalta uma

vez mais a ideia de que, apesar de se apregoar que não ficaram sensibilidades dentro do MpD após a Convenção, em certas questões vai ser difícil harmonizar diferenças naquele partido. Basta ver que logo após a eleição no Porto Novo, Silva convidou Salomão para integrar a comissão política regional, mas este último declinou o convite. "Este é mais um sinal de que, tal como na Convenção, ficaram mágoas no seio do MpD que precisam ser ultrapassadas, se o partido quiser estar suficientemente forte para enfrentar o PAICV no próximo embate eleitoral", analisa um portonovense.

O próprio coordenador ventoinha eleito no Porto Novo admite que há mágoas por superar, por isso estabeleceu como objectivo "unir os militantes e reorganizar o partido" naquele concelho para não só dar suporte político ao executivo de Amadeu Cruz, como concretizar um bom desempenho nas Legislativas. E o primeiro grande teste de Lopes será conseguir conter as diferenças na assembleia regional daquele partido, marcada para este fim-de-semana.

Entretanto, tal como no Porto Novo, é provável que a ala JS desempenhe um papel decisivo no escrutínio para as direcções concelhias do Paul e da Ribeira Grande. Prevê-se mesmo que poderá haver uma disputa "acirrada" na Ribeira Grande entre os apoiantes da actual liderança do MpD e uma possível candidatura apoiada pelo ex-autarca daquele concelho.

A Semana apurou mesmo que o professor de matemática Adalberto Alexandre, apoiante incondicional de AL, já terá manifestado o desejo de se candidatar à liderança do MpD na Ribeira Grande. Ao que tudo indica, aquele professor só voltará atrás na sua decisão, caso o coordenador provisório daquela estrutura regional, António Rodrigues, decida avançar com uma candidatura. Todavia, a data para a eleição naquele concelho não está ainda marcada, sendo provável que haja outros concorrentes.

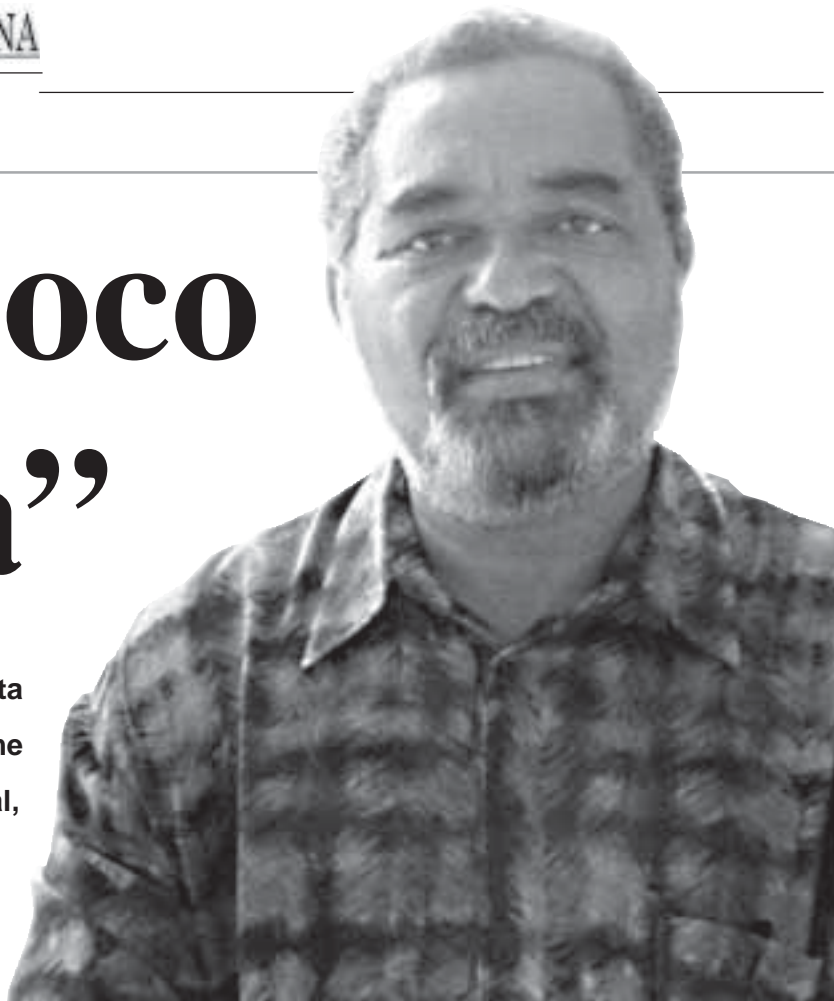
No Paul, já se verificam também as primeiras movimentações com vista à escolha de uma nova direcção regional do partido. Isso porque há cerca de quatro anos que não se realizou qualquer eleição no MpD por aquelas bandas.

João Almeida Medina

SILVINO DA LUZ sobre as presidenciais

“Não me coloco de fora”

O embaixador de Cabo Verde em Luanda, Silvino da Luz, não descarta uma candidatura sua à Presidência da República em 2006. “Eu não me coloco de fora deste processo”, afirma. Sobre a questão presidencial, José Maria Neves vai dizendo que só na altura devida o PAICV se vai pronunciar sobre o assunto já que as candidaturas à chefia do Estado são de iniciativa pessoal ou de grupos de cidadãos.



Depois de Manuel Inocêncio Sousa ter admitido a possibilidade de concorrer à Presidência da República nas eleições do próximo ano, um outro peso pesado do sistema tambarina acaba de se posicionar neste tabuleiro: Silvino da Luz, embaixador de Cabo Verde em Angola.

Aquele diplomata e veterano da luta pela independência, tido por isso como um histórico do PAICV, admitiu a **A Semana** a possibilidade de concorrer à chefia do Estado, caso se confirmar a informação de que Pedro Pires não vai se bater por um segundo mandato, conforme notícia avançada em primeira por este jornal e que deixou alguns sectores próximos ao PR de cabelo em pé.

“Tenho sido contactado por gente, dentro e fora do PAICV, que gostaria de ver-me como um dos presidencialistas”, confessa Silvino da Luz quando abordado, via telefone, por **A Semana**. “Eu não me coloco de fora deste processo. Sou cidadão cabo-verdiano, sou militante do PAICV, estou com forças, tenho o meu percurso, tenho a minha família com quem terei de discutir este assunto. Porém, antes de tomar uma decisão sobre esta matéria, terei primeiro de reflectir muito seriamente, já que há neste processo algumas variáveis que não dependem só de mim”.

Uma dessas variáveis é precisamente a atitude que Pedro Pires em relação ao seu

futuro político. “É evidente que se Pires se candidatar eu estarei com ele”, diz o entrevistado deste semanário. “Pessoalmente, entendo que depois de quatro anos de exercício, em termos de prestígio interno e externo, ele hoje está em muitos melhores condições para se bater por um segundo mandato. O mesmo se pode dizer em relação ao chefe do Governo. Num sistema como o nosso, segundos mandatos são sempre desejáveis e até previsíveis, sobretudo se não se está a fazer um mau trabalho, como é nosso caso”.

Uma outra variável, no entender de Silvino da Luz, é a posição do PAICV em relação a uma candidatura sua. “Embora as candidaturas presidenciais sejam apartidárias, entendo que o PAICV tem uma riqueza que lhe permite surgir neste processo com várias alternativas. Algumas são até óbvias, como é o caso de Aristides Lima. Sendo ele, o segundo homem do nosso Estado, é natural uma candidatura sua à Presidência da República. Para além dos nomes já apontados por **A Semana**, outros poderão surgir também e caberá ao PAICV, num quadro de discussão democrática, encontrar o melhor candidato”.

Da parte que lhe toca, aquele mesmo político adverte que só se candidatará se tiver o apoio claro do PAICV. “E, neste quadro, uma candidatura minha só será possível desde que ela seja útil à estratégia do PAICV, partido

de que sou membro”, acrescenta.

Definidos os possíveis contornos de uma candidatura presidencial de Silvino da Luz, **A Semana** tem conhecimento que um grupo de apoiantes desse político já se encontra no terreno, nomeadamente em São Vicente. Integrante do referido grupo, Miguel Costa, membro da Comissão Nacional do PAICV, avança que está disposto a colocar o nome do seu apoiante sobre a mesa na reunião desse órgão a ter lugar este fim-de-semana na Praia (ver página 8).

“Embora esta seja uma questão que não consta na ordem do dia, se o assunto vier à tona vou propor o nome de Silvino da Luz como um nome a juntar-se a outros para o CN ter esse facto em devida conta”, afirma aquele dirigente, tido como afecto ao grupo dos históricos. Ele sugere, já agora, que as primárias poderão ser a via para escolher o candidato presidencial da área do PAICV, um ponto de vista igualmente sugerido por Silvino da Luz na sua conversa com este jornal.

Um outro “histórico”, ouvido por **A Semana**, e tido igualmente como próximo de Silvino da Luz, ressalva no entanto o facto de esse combatente estar presentemente “muito ausente” do país. “Quando alguém tem uma pretensão deste tipo tem de estar no terreno; por estar em Luanda, ele está neste momento em desvantagem em relação aos outros eventuais candidatos”.

Ainda assim, a mesma fonte entende que o PAICV deve discutir o dossier presidencial o mais depressa possível, de modo a preparar um candidato de consenso, até porque na área do MpD é ponto assente que é com Carlos Veiga que vai para este embate.

Por último, abordado também sobre o assunto, José Maria Neves esclarece que a questão presidencial não se encontra ainda na agenda do PAICV e que, por isso, se depender da sua liderança, o tema vai manter-se à margem da reunião do CN deste fim-de-semana. “Além disso”, recorda, “a candidatura à PR não é iniciativa partidária. As candidaturas são de iniciativa pessoal ou de grupos de cidadãos, e em função dos nomes que surgirem o PAICV se irá posicionar no seu devido tempo, não agora”.

JMN ressalva, entretanto, que embora o PAICV não tenha ainda uma posição sobre a questão presidencial, a sua Comissão Política tem estado a trabalhar no assunto. “Nós temos naturalmente de definir a nossa estratégia para as presidenciais, estabelecendo o perfil do candidato que o PAICV irá apoiar. Neste processo é também normal que, dos candidatos que eventualmente aparecerem, possa surgir um consenso em torno do nome que iremos apoiar nas próximas presidenciais. De qualquer forma, reitero, ainda é cedo para discutirmos este assunto”.

JVL e ADP

Sexta-feira, 25 de Fevereiro de 2005

Agenda política

7

Parlamento aprova novos municípios

A Assembleia Nacional aprovou esta semana a criação de cinco novos municípios, que se vão juntar aos 17 já existentes no país. Apesar do tom rezingão do MpD, que acusa o PAICV de se ter apossado de um velho projecto seu, as duas bancadas deverão chegar a acordo de modo a viabilizar o surgimento dos cinco novos municípios já que esta é uma matéria que exige a maioria de dois terços dos votos.

Foi isso, aliás, que permitiu a devolução do estatuto de cidade à Ribeira Grande de Santiago, que vai recuperar a sua denominação inicial - Cidade de Santiago de Cabo Verde - a partir de 1 de Maio próximo. Isso aconteceu na segunda-feira, depois de uma acalorada discussão, para no fim a bancada do MpD a votar de forma dividida, com uns a votarem favoravelmente a iniciativa e outros a absterem-se, mas ninguém a votar

contra, juntando-se assim ao PAICV e ao PTS.

Diante desse quadro, e tendo em conta que no momento do fecho desta página o assunto mantinha-se em aberto, é bem provável que o mesmo procedimento deverá acontecer em relação aos cinco novos municípios propostos por governo: Ribeira Grande de Santiago, São Lourenço dos Órgãos, São Salvador do Mundo (ilha de Santiago), Santa Catarina (Fogo) e Tarrafal (São Nicolau). Até porque todas as forças políticas estão pressionadas e comprometidas com as populações desses concelhos e em ano pré-eleitoral os riscos de um adiamento desse dossier são mais do que evidentes.

A agenda parlamentar deste mês foi ainda dominada por outros assuntos. Da sua parte, o executivo tinha sobre a mesa a solicitação de algumas autorizações legislativas, nomeadamente a que permite a criação dos

serviços de Polícia Nacional, a que permite alterar artigos do diploma que regula o regime jurídico dos estrangeiros em Cabo Verde e finalmente uma outra relativa a alguns artigos da lei que regula o IUR.

Por iniciativa do PAICV, o parlamento debateu também o estado da educação e formação profissional no país, enquanto o MpD interpelou o governo sobre o processo eleitoral. Ocasões que serviram para a situação e a oposição apresentarem os seus pontos de vista sobre essas e outras questões. De realçar ainda a apresentação de uma declaração política do PAICV sobre a segurança e ordem públicas no país, um assunto que tem dominado a atenção dos cabo-verdianos, ainda que o governo afirme que Cabo Verde continua a ser um país seguro.

JVL

Jorra que alin

Reportagem

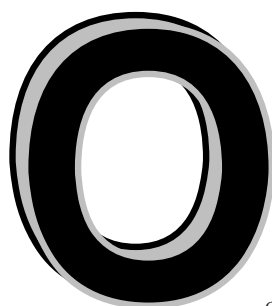
Sexta-feira, 25 de Fevereiro de 2005

A extracção de jorra na ilha de Santiago em geral, e no Tarrafal e Monte Vermelho (Praia) em particular, tem causado todos os anos graves acidentes. São buracos escavados a conduzir as pessoas que deles usufruem à morte. A jorra que, para uns, constitui uma fonte de rendimento familiar, é, para outros, uma ameaça à vida e causa da erosão do solo.

Por: AIDÉ CARVALHO



Monte Vermelho no Palmarejo - Praia



O Monte Barreira perto de Chão Bom, no Tarrafal, é o principal pólo de extracção de areia vulcânica para fazer blocos e outros trabalhos de construção civil no interior da ilha de Santiago. São muitos os cidadãos que vindos de outras localidades, incluindo de outras ilhas, procuram sítios como este para fazer o seu ganha pão e justificam esta opção com a falta de emprego. Trabalham sem nenhuma segurança, pondo em risco a própria vida. Os sinais desse risco estão por todo o lado em Monte Barreira onde os túneis já atingiram cerca de seis me-

tros e as pessoas que neles trabalham não usam nenhuma iluminação nem protecção. Pode-se dizer que capacetes, máscaras ou luvas simplesmente não existem. Este facto ditou há dias a morte de um desses escavadores e operários.

Contactado por **A Semana**, o presidente da CM do Tarrafal, João Domingos Correia, afirmou que, no sentido de evitar novos acidentes, vai tomar medidas como por exemplo agilizar o projecto em curso visando arranjar alternativas de trabalho para os jovens. Esse projecto, segundo esse autarca, "surgiu em 2004 numa parceria entre o Governo e a *Embaixada dos Estados Unidos*". A sua implementação começou pela distribuição a 37 jovens, porções de terrenos. Mas a fase

seguinte, que previa a introdução do "sistema de gota-a-gota nas hortas e regadios", não chegou a sair do papel.

Segundo o entrevistado de **A Semana**, o projecto não arrancou por falta de materiais para o sistema de gota-a-gota, mas garante que ainda este ano tudo estará pronto. Destruir minas perigosas e colocar guardas permanentes são, ao mesmo tempo, outras medidas apontadas pelo presidente da Câmara do Tarrafal.

PETRÓLEO E FOGO

Enquanto não têm outro meio de sobrevivência, é do Monte Barreira que vem o sustento de muitos tarrafalenses. Uma actividade árdua e arriscada porque, segun-

do alguns dos trabalhadores ouvidos por este jornal, quando o sol atinge o local, entre as 11 e 12 horas, o interior das grutas aquece e às vezes chega a incendiar-se quando a picareta bate na jorra. Revelam ainda que o cheiro a petróleo é tão intenso que se vêem obrigados a abandonar a mina quando isso acontece.

Contactado por **A Semana**, e confrontado com esses dados, o vereador da área da protecção civil do Tarrafal, Francisco Costa, diz desconhecer a informação de que a mina cheira a petróleo e incendia-se, mas reconhece haver "falta de segurança no" local.

Mas, segundo Costa, o que se está a passar em Monte Barreira é responsabilidade do governo, que não cria opções

mentada e mata



Lapas e buracos no Monte Barreira em Tarrafal

de emprego no concelho. Da parte da autarquia, garante esse vereador, tudo já foi feito. “Quantas vezes o Governo já foi alertado que é preciso criar empresas no concelho para que as pessoas tivessem um trabalho com mais segurança e não correrem risco de vida apanhando jorra e areia?”, pergunta.

Ao mesmo tempo que critica o executivo, Francisco Costa salvaguarda que “o presidente João Domingos Correia faz de tudo para que haja segurança no trabalho e as pessoas terem o sustento de vida”.

DONOS DA MINA

Desde que foi descoberto, há cerca de seis anos, o Monte Barreira foi repartido pelos mais expeditos que reservaram o seu local para a extração de jorra. Uma das “empresárias” estabelecidas no local é Antónia Mendes Tavares, mais conhecida por Firmina, que afirma ter nove funcionários que retiram jorra, pagando a cada um 1500 escudos por cada carrada.

Todos os dias, Firmina sai de casa com

o seu farnel e passa o dia no Monte Barreira a controlar os seus trabalhadores. A cena repete-se todos os dias, excepto o fim-de-semana altura do pagamento.

Firmina ganha mensalmente cerca de 80 contos, não paga impostos e nunca nenhum fiscal visitou a sua área de mina. Aliás, como a “empresária” conta, “a única vez que estive cá na mina o fiscal de terreno da CM foi em 2004 para medir o terreno, porque as pessoas estavam a empurrar a marca dos outros. Por isso mediu a área de cada um de nós para que não houvesse brigas”.

Para exercerem a sua actividade normalmente, Firmina diz que pagam “à Câmara Municipal uma licença no valor de 1500 escudos e ficou acordado que trimestralmente teríamos que pagar uma pequena contribuição à CM, mas nunca ninguém pagou e eles também não reclamaram”.

Apesar do trabalho difícil, sobretudo em se tratando ela de uma mulher que cria, sozinha, seis filhos, Firmina não acha nada de anormal na sua profissão. E quanto aos riscos e falta de segurança,

ela simplesmente os ignora.

À semelhança de Firmina, desde que descobriu este trabalho há três anos, Orlando deixou de ser condutor de Hiace. Para ele, a extração de jorra é um negócio rentável que o ajuda a sustentar a sua mulher e o filho de 14 anos.

VÍTIMAS DE JORRA

Desde que se começou com a extração de jorra em Monte Barreira, esta já responde por uma morte por ano, somando neste momento seis óbitos. A mais recente vítima, João António Cardoso Vieira, mais conhecido por Vá, tinha 24 anos.

O acidente aconteceu há poucos dias quando Vá se encontrava dentro da mina a extrair jorra e foi surpreendido por uma enorme derrocada de rochas. O jovem foi de imediato socorrido pelas pessoas que se encontravam no local e transportado numa viatura Hilux para o Hospital do Tarrafal, onde viria a falecer.

Segundo o delegado de saúde, João António Cardoso, Vá sofreu várias frac-

turas nas pernas, coxa, braços e pescoço. Por isso, aquele médico afirma que o jovem chegou ao hospital do Tarrafal “quase morto” e, ao que tudo indica, a sua morte deveu-se a um traumatismo crânio-encefálico.

Vá é apenas um entre os vários outros exemplos trágidos ocorridos em Monte Barreira. Segundo uma fonte, “ainda no ano passado, morreu uma mulher nestas circunstâncias deixando duas crianças órfãs”.

A *Semana* ficou a saber junto de alguns moradores do “Manguí” que a extração de jorra “não é de agora”. Segundo uma moradora dessa vila, há 15 anos atrás no Monte Areia (Tarrafal) morreu muita gente e outros ficaram aleijados por causa do desabamento de jorra. Hoje daquele monte só existe nome porque desapareceu completamente. E a pergunta que a população se coloca é: quantos mais terão de morrer ou ficar aleijados para que as entidades competentes tomem a iniciativa de colocar um ponto final nesta perigosa forma de vida.

Monte vermelho em Palmarejo

Na cidade da Praia, Palmarejo, o Monte Vermelho encontra-se todo esburacado. Comparada com o Monte Barreira, a situação é menos crítica mas não deixa de ser também um lugar perigoso onde acidentes de trabalho acontecem frequentemente. Ainda há um mês morreu aí um cidadão de origem guineense, vítima de desabamento de jorra.

A ausência de segurança é a principal causa de acidentes do género. A *Semana* esteve no local junto das pessoas que ali trabalham. Para elas, a questão da segurança não é sequer para ali chamada.

Carlos Dias Varela, 45 anos, é um desses operadores. Labora na mina há mais de 20 anos, sabe do perigo que corre, mas prefere arriscar porque é um negócio de “lucro fácil”. Do seu antigo trabalho, como carregador de lixo na CM da Praia, Carlinhos, como é conhecido, não tem saudades porque, segundo ele, “ganhava muito pouco e suporta-

va um cheiro desagradável”.

Actualmente, Carlinhos tem quatro funcionários a trabalhar para ele no Monte Vermelho. O negócio que faz dá para sustentar os cinco filhos e esposa e ainda consegue guardar alguns trocos. Segundo aquele “empresário”, o preço de jorra varia entre 1200 e 3000 escudos, dependendo do tamanho do camião.

Quanto à segurança no trabalho, Carlos Varela diz que é necessária mas que tem de ganhar a vida mesmo sem ela. “Estou cá desde os meus 25 anos e nunca chegou cá nenhum fiscal”, revela.

Os trabalhadores do Monte Vermelho, à semelhança dos seus colegas do Monte Barreira, não usam nenhum tipo de protecção. E tal como o caso do Tarrafal, além de levar as pessoas à morte, Mon-



te Vermelho representa uma ameaça para a população que vive ao seu redor e para a futura zona da Cidadela, um facto para o qual nenhuma autoridade municipal parece querer posicionar-se. Sinal disso é que este jornal tentou entrar em contacto com os responsáveis da fiscalização de obras e terrenos e com o vereador do ambiente da CMP, sem resultado.

PLATAFORMA INTERNACIONAL de transbordo a caminho



Porto Grande de S. Vicente vai ser transformado numa Plataforma Internacional de Transbordo de mercadorias. O respectivo estudo encontra-se já concluído e envolve uma empresa norte-americana com "know-how" em "transhipment" internacional. O mesmo será apresentado hoje, 25, no Mindelo, pelo ministro do Estado e das Infra-estruturas, Manuel Inocêncio Sousa.

A Enapor tem já em mãos um projecto que visa transformar o Porto Grande do Mindelo numa Plataforma Internacional de Transbordo de mercadorias, a começar pelos contentores. Um estudo realizado nesse sentido será apresentado hoje à tarde, no centro de conferências do INDP no Mindelo, pelo ministro do Estado e das Infra-estruturas.

Manuel Inocêncio Sousa destaca que a referida proposta constitui um dos projectos importantes para o processo da transformação de Cabo Verde numa economia sustentável. "Os dois grandes projectos para colocar a rota dos transportes de Cabo Verde a nível mundial são o de transbordo de contentores no Porto Grande e a transformação do Aeroporto Internacional Amílcar Cabral num hub", diz.

O governante assegura existirem já parceiros estratégicos externos interessados em investir tanto no primeiro como no segundo projecto. Todos eles fazem parte, segundo Manuel Inocêncio Sousa, dos quatro eixos estratégicos já definidos para o desenvolvimento sustentável da economia cabo-verdiana: turismo, indústria, sectores dos transportes e serviços financeiros.

Conforme tornou público o presidente do Conselho de Administração da Enapor, Franklim Spencer, o estudo de viabilidade de transbordo de contentores no Porto Grande está orçado em cerca de 45 mil contos. O mesmo foi desenvolvido por uma empresa norte-americana, detentora de um "abalizado Know-how" sobre o "transhipment" internacional.

O administrador-delegado do Porto

Grande garante, por seu turno, tratar-se de um estudo muito abrangente, que para além das questões económico-financeiras, abarca aspectos operacionais, infra-estruturas, localização de terminais específicos para a prática de transbordo, isto numa perspectiva de expansão do mesmo porto. O estudo inclui, ainda, a análise do mercado internacional, o plano de marketing, entre outros.

Jorge Pimenta Maurício assegura que esforços estão a ser feitos no sentido de se desenvolver a cooperação e o envolvimento dos operadores e agentes, ou seja, da comunidade portuária, directamente nas orientações estratégicas do Porto Grande.

O objectivo é o de estar, prossegue Pimenta Maurício, concentrado no mercado internacional, procurando oportunida-

des de negócio, bem como consolidar e desenvolver um dos segmentos de mercado -transbordo de contentores, eleito como prioritário pela administração portuária nacional.

Aquele responsável assevera que se têm desenvolvido factores que melhoram as vantagens competitivas em relação aos portos considerados concorrentes, com especial ênfase no desenvolvimento do sistema logístico portuário, aliado à promoção e imagem do Porto Grande. "Assumiu-se, decididamente e de forma clara, a vocação do Porto Grande no quadro da competição internacional, tendo por base o mercado a servir e o interesse de Cabo Verde", conclui Jorge Pimenta Maurício.

Alirio Dias de Pina

Taxistas do Sal cobram a gosto

Os salenses reclamam que os taxistas não respeitam a tarifa estipulada pela Câmara Municipal para os fretes na ilha do Sal. Tarifas que por si só são consideradas caras, por vezes até "absurdas". A acrescentar a isso, alguns hotéis denunciam que os taxistas, ao praticarem duas modalidades de preços (um para nacionais e outro para os turistas), podem prejudicar o turismo, a imagem da ilha e até do país. Enquanto isso, os taxistas, sem negar a ilegalidade, contestam afirmando que as tarifas estão abaixo dos valores praticados em ilhas como Santiago e São Vicente.

Na ponta das reclamações dos utentes está a tarifa para Santa Maria que, a partir dos Espargos, os taxistas cobram 800 escudos, quando o preço estabelecido é 700, isso durante o dia. Dentro dos Espargos, acontecem também vários casos de violação da tarifa, como no percurso da Preguiça-Hortelã, onde os clientes se queixam da tarifa cobrada, 150 escudos, o preço da noite, para qualquer hora do dia.

A respeito dessa questão, o Comandante Regional da POP, José João de Pina, diz que tem recebido queixas nesse sentido, e afirma que "o que é preciso, é que as pessoas denunciem situações de cobranças ilegais para que possamos actuar".

A *Semana* constatou que a maioria dos taxistas entrevistados não dispõe de tabela. Negam contudo que este-

jam a desprezar as tarifas, ainda que confirmem conhecer colegas que o fazem.

Entretanto, se há casos de desvantagens para os clientes, há situações em que o não cumprimento da tabela os beneficia, como é o caso de deslocações em que se cobra 150 escudos, em vez dos 170 oficial. Um outro exemplo ainda é que, devido à concorrência dos Hiacés, há taxistas que afirmam ser obrigados a levar quatro pessoas a Santa Maria por apenas 100 escudos cada, o que fica muito mais em conta do que a tarifa oficial.

Para alguns taxistas essa realidade lesa a classe. No caso do percurso Espargos-Santa Maria, um taxista defende que deveria aumentar-se a tarifa para mil escudos, também durante o dia. "Repare que em São Vicente a tarifa de São Pedro para a Morada, que são 13 quilómetros, é de 1000 escudos, e de Espargos para Santa Maria, são 18 quilómetros", justifica.

Os taxistas entendem ser necessário aumentar a tarifa porque a actual está desactualizada, quanto mais não seja pelos vários aumentos nos preços dos combustíveis. Por causa disso, a Associação de Táxis está, inclusive, em negociações com a Câmara para alteração dos preços.

Daniel Reis, representante da Direcção-Geral dos Transportes Terrestres na ilha, é de opinião que a implementação dos táxímetros resolveria o problema, tanto para

os clientes quanto para os taxistas.

A *Semana* procurou a CM para saber da sua posição, mas os responsáveis mostraram-se indisponíveis para falar do assunto.

CAÇA AOS TURISTAS

Outra reclamação, esta até caricata, é que os taxistas "esnobam" os nacionais, preferindo turistas a quem cobram mais caro. Assim, a caça aos turistas tem tomado contornos de selvajaria, com episódios em que esses "disputam a pau" o melhor frete, normalmente para Santa Maria, principalmente no terminal de desembarque do aeroporto. Os taxistas e o próprio Severino Sousa, representante dos proprietários de táxis, dizem-se preocupados com a questão, que prejudica a imagem da classe, da ilha e do país. "A associação já pediu policiamento 24 horas no aeroporto. E há que rever a própria estrutura da praça de táxis naquele sítio", disse.

O comandante João José de Pina admite que tem recebido queixas do mau comportamento desses condutores, até por parte da ASA, "mas estamos a ver como resolver isso, dado o número reduzido de agentes". Para os taxistas a razão de tal "agressividade" é haver poucas rotas no Sal para tantos táxis, sendo Santa Maria a mais atractiva.

KS

ENACOL pondera transferir sede para Praia

A Enacol poderá transferir a sua sede do Mindelo para a cidade da Praia, onde tem mais de quarenta por cento da quota de mercado. Aliada à pressão dos accionistas estrangeiros nesse sentido, consta que a Câmara de São Vicente tem estado a congelar projectos que poderiam dar outra sustentabilidade financeira à petrolífera. Um imbróglio que surge nas vésperas de um conselho dos accionistas da empresa, marcado para 28 de Fevereiro, em Portugal.



Bomba de fragmentação

Uma “bomba de fragmentação” está prestes a ser detonada pelos lados da Enacol e afectar a economia da ilha de São Vicente, além de poder provocar outros tipos de danos colaterais. A empresa, segundo uma fonte fidedigna, está à beira de tomar uma decisão histórica: ceder à pressão dos accionistas estrangeiros e transferir a sua sede da cidade do Mindelo para a capital do país.

Entre os factores por detrás dessa eventual decisão afigura-se, conforme a nossa fonte, o tipo de tratamento que não só a actual Câmara de São Vicente mas também a anterior têm vindo a dispensar à Enacol, no tocante à aprovação dos seus projectos. Segundo as suas palavras, está clara a intenção de se bloquear as iniciativas da petrolífera, “com justificações sem consistência técnica”.

“A Enacol é uma empresa que se sempre mostrou disponível a apoiar a ilha de São Vicente. No entanto, tem vindo a apresentar projectos interessantes para o desenvolvimento económico tanto da empresa como da própria ilha e temos deparado com atitudes incompreensíveis, ou inadmissíveis, por parte da Câmara. Na verdade, o problema começou no tempo da edilidade anterior mas posso dizer-lhe que está a agudizar-se e de uma forma muito estranha na actual conjuntura. Refiro-me às justificações apresentadas à Enacol para se estrangularem vários projectos, inclusive um que visava a construção de moradias sociais para os trabalhadores mais carenciados da empresa”, afirma a nossa fonte, sob anonimato, acrescentando que a postura das duas Câmaras tem sido somente de “venha a nós” mas nunca “o vosso reino”.

Como esclarece, a Enacol tem sido solicitada para patrocinar eventos como

a Capital Lusófona da Cultura, o festival Baía das Gatas, o Carnaval, e outros, mediante protocolos de parcerias onde constam contrapartidas, mas que jamais foram respeitadas por parte do poder autárquico. Elucida que a petrolífera disponibilizou sete mil contos à Câmara de São Vicente para patrocinar as actividades culturais enquadradas no âmbito de Mindelo - Capital Lusófona da Cultura, com a promessa de receber, em troca, um terreno para implementar um projecto. Entretanto, até hoje a empresa continua de mãos a abanar. “Neste caso, a contrapartida seria a cedência de terras na localidade de Ribeirinha para se construir um posto de abastecimento”.

Mais recentemente a Enacol apresentou um outro projecto à Câmara de São Vicente, que engloba a construção de um posto de abastecimento às embarcações ancoradas na baía, um parque de estacionamento e uma pequena esplanada, no terreno em frente ao monumento do Pássaro, na Rua da Praia. Fora isso, a Enacol prontificava-se a financiar a recuperação do antigo cais acostável da Alfândega, na Avenida Marginal. “Apresentámos o projecto à senhora presidente, ela achou-o tão interessante que agendou uma visita técnica ao local. Entretanto, um dos vereadores teve uma atitude inqualificável e o projecto foi emperrado”, reforça a citada fonte.

Um outro projecto que, segundo a mesma pessoa, mereceu também a reprovção da Câmara, contemplava a construção de moradias sociais para os trabalhadores da empresa. “Chegámos ao ponto de garantir apoio à Câmara em eventuais acções sociais em prol dos funcionários do município e, mesmo assim, merecemos a resposta de sempre”.

Cansada com a alegada postura de bloqueio da autarquia, a Enacol decidiu abandonar alguns dos seus principais projectos para São Vicente, a acreditar na mesma fonte. Isto significa, na sua óptica, que o actual director da empresa poderá baixar os braços e ceder à pressão dos accionistas estrangeiros no sentido da transferência da sede da petrolífera do Mindelo para a cidade da Praia. E esta ameaça, como diz, pode ser concretizada no próximo conselho dos accionistas, marcado para 28 de Fevereiro, em Portugal.

INTERESSES ECONÓMICOS E LOBBIES?

As pressões para a Enacol passar a sede do Mindelo para a Praia são relativamente antigas e estarão a partir dos accionistas estrangeiros, principalmente dos portugueses, segundo apurou este jornal. Contas feitas, Santiago representa mais de quarenta por cento da quota de mercado da Enacol na venda dos combustíveis em Cabo Verde, mais concretamente do gasóleo e da gasolina. Por seu lado, Mindelo nem chega aos vinte por cento do volume de vendas, relativamente aos mesmos produtos. “E isto é um argumento forte porque é legítimo um accionista querer aumentar o valor comercial da sua empresa e estar próximo das fontes de decisão, neste caso a capital”, comenta um economista.

Além da necessidade da empresa estar presente com mais força onde tem o seu principal mercado, segundo a fonte inicialmente citada, pesa também o facto do poder político estar concentrado na capital do país. Nesta perspectiva, considera “natural” a pressão dos accionistas, por estarem alegadamente mais preocupados em rentabilizar os seus in-

vestimentos no sector petrolífero, do que com questões de sentimentalismo.

Para tentar conter os lobbies dentro da Enacol no sentido da transferência, a administração da empresa chegou a desencadear um processo de reestruturação, que culminou com a criação de três direcções na cidade da Praia: Direcção Comercial, Direcção de Engenharia e Manutenção e a Direcção do Ambiente, Qualidade e Segurança. Paralelamente, elaborou os tais projectos agora “emperrados” pela Câmara de São Vicente e que, segundo consta, eram os derradeiros trunfos que restavam ao administrador Luís Soares para “contrabalançar” a pressão dos accionistas.

“O pior é que o tempo esgotou-se, pois vai ser realizado um conselho dos accionistas, em Portugal, no final desta semana e acho pouco provável que Soares possa ter ainda trunfos fortes na manga para contrariar os argumentos dos accionistas”, explica a nossa fonte, para quem a economia de São Vicente ficará profundamente afectada se a Enacol transferir a sua sede para a capital. Como explica, a empresa pratica neste momento uma tabela salarial aliciante, o que aumenta o poder de compra dos seus funcionários e que seria também transferido para Santiago. Além desse facto, focaliza outros impactos, nomeadamente de carácter psicológico para a população de São Vicente.

Contactados para rebaterem as informações contidas nesta reportagem, tanto a Câmara de São Vicente como o ex-autarca José Faria mostraram-se disponíveis a falar do assunto com este jornal. Porém, devido a contratempos de agenda, a reacção de Isaura Gomes, assim como a de José Faria, serão publicadas na próxima edição.

Kim-Zé Brito

Paróquia de S. Miguel em remodelação

A Igreja de Calheta S. Miguel está em obras de remodelação. Desde a sua inauguração, em 1946, pelo Padre Cyr Crettav, que o edifício não tinha sido beneficiado com qualquer obra. E, por isso, o padre Nuno Miguel Rodrigues diz que esta "é uma necessidade urgente, pastoral, da diocese", tanto mais que essa construção "rudimentar" apresenta dificuldades de espaço e falta de condições físicas.

"O salão arruinou-se, as placas caíram e a residência dos padres encontrava-se degradada, chegando até a chover a dentro do edifício" - revela o padre Nuno. Agora esses espaços já foram todos demolidos e prevê-se que as obras vão arrancar ainda esta semana. Um projecto que, segundo o sacerdote, já vem desde a sua chegada àquela paróquia, em 1998, e é impulsionado por vontade do Bispo D. Paulino Évora.

De acordo com o projecto estão previstas duas grandes obras - uma residência paroquial, que irá ter quatro a cinco quartos e uma secretaria paroquial, e um centro paroquial. Este vai ocupar dois andares com 14 salas - seis salas mais pequenas para acolher grupos de participação comunitária, como os movimentos de escuteiros, Legião de Maria, entre outros e seis salas grandes para biblioteca e a videoteca que estarão abertas aos jovens, a cozinha, bar, sala de reuniões e conferências e um grande espaço multiuso que vai proporcionar as grandes missas campais, formações, e outras actividades da paróquia. A nova infraestrutura da paróquia de São Miguel vai ocupar uma área de 800 m² e deverá estar pronta



Paróquia de Calheta São Miguel em obras

dentro de quatro anos.

Mas, as mudanças nas infra-estruturas da Igreja não param por aqui. Ainda este ano, segundo o padre Nuno Rodrigues adiantou a **A Semana**, pretende-se arrancar com a mudança do tecto da Igreja e criar mais quatro a seis salas na Escola Secundária Padre José Eduardo Moniz. Esta escola, criada pela instituição paroquial em 1977, e cujo nome homenageia o professor e Padre Moniz, foi eleita pelo Ministério da Educação no ano passado, como a que melhor funciona, isto num grupo de 30 escolas privadas do país.

"A igreja vai ter um tecto novo com chapas e tecto falso para substituir o antigo, de madeira, que se encontra a apodrecer. E pretendemos criar mais salas por causa do número de alunos que tem vindo a aumentar",

afirma Nuno Rodrigues, "mas isso só depois de concluirmos o primeiro projecto".

E em relação ao primeiro projecto há pressa para sua conclusão, isto porque as obras estão a afectar parcialmente o trabalho da Paróquia. Com a residência paroquial e o salão demolidos, agora, as aulas de catequese e encontros de outros movimentos sociais acontecem na Escola Padre Moniz só durante o fim-de-semana, quando os alunos não têm aulas.

Quanto aos recursos para a remodelação da paróquia de S. Miguel, o padre Nuno Rodrigues afirma que um dos primeiros apoios que tiveram foi do Papa João Paulo II, a partir da obra missionária da Pontificia (um organismo do Vaticano II que ajuda o desenvolvimento do projectos ligados à igreja católica). Também contribuíram para a realização desse projecto

instituições de Portugal e Itália.

Além dos auxílios externos, a paróquia conta, ainda, com apoios internos importantes como o da população de S. Miguel, maioritariamente católica, que tem contribuído, sobre tudo com mão-de-obra. A Câmara Municipal do concelho também deu o seu contributo, com máquinas de construção, serviços de camião, entre outros. Apesar desses apoios, Nuno Rodrigues revela que "ainda falta mais de metade da verba para o projecto e temos dificuldades em conseguir mais apoios", acrescentando que, "por isso, distribuimos o nosso projecto pelas diversas instituições, mas ainda não tivemos nenhuma resposta".

Aquele sacerdote reconhece as dificuldades daquele município quando diz que "São Miguel é um dos concelhos mais novos e mais pobres, que enfrenta maiores dificuldades. Mas, mesmo assim dentro da nossa pobreza, também podemos colaborar. E por isso a paróquia lançou uma campanha de sacos e cimentos que se cinge concretamente a pedido de porta e quem tiver a possibilidade de ajudar com um saco de cimento será bem-vindo".

A igreja vai continuar ainda a solicitar o apoio do Governo de Cabo Verde, bem como de outras instituições, para que haja mais espaços e condições físicas para a sua pastoral de conjunto, isto é, que não engloba apenas a assistência a missa ou baptizados, casamentos e outros sacramentos, mas que exige que a igreja se preocupe muito mais com a formação personalizada de cada cristão.

Aidê Carvalho

CIRURGIÃO FRANCÊS OPERA DEZOITO CRIANÇAS



Um cirurgião francês operou 18 crianças cabo-verdianas que padeciam de deformação nos órgãos genitais, no âmbito de um programa preparado pela associação Cooperação Cap Vert (foto). Em princípio, um total de 40 crianças deveriam ser sujeitas a intervenções, mas Emanuel Pierre achou mais prudente proceder às restantes cirurgias em França.

As malformações nos órgãos genitais são frequentes nas crianças e podem, segundo o especialista francês, ser resolvidas com uma rápida intervenção cirúrgica, se forem diagnosticadas a tempo. Esse despiste, como explica, pode ser realizado com recurso a uma simples ecografia, chapa ou então através de uma análise à urina. "As malformações podem originar, entretanto, infecções urinárias e, se não for efectuada uma operação para se corrigir o problema, podem provocar a morte", alerta o cirurgião.

Segundo as suas explicações, quanto mais cedo for diagnosticado o problema, maiores são as probabilidades de recuperação dos pacientes. E, por outro lado, sali-

enta que as crianças têm um poder de restabelecimento impressionante em comparação com os adultos.

Segundo Emanuel Pierre, chegou o momento dos médicos da região de Barlavento agendarem um encontro, provavelmente para daqui a um ano, para se fazer o diagnóstico dos problemas que afectam as crianças não só a nível dos órgãos sexuais mas também ortopédicos. Isto porque, durante a sua estada na região de Barlavento, Emanuel Pierre reparou na "enorme quantidade" de crianças com deformações nas pernas circulando nas ruas. Este quadro revela, na sua opinião, a necessidade de um especialista da área de ortopedia infantil em Cabo Verde. "E tenho um colega que está disponível a vir dar a sua colaboração quando for chamado", assegura o cirurgião francês.

A Cooperação Cap Vert tem estado a fazer um levantamento das crianças com deformação nos membros, visando deslocações de equipas médicas especializadas a Cabo Verde. Segundo Lídia Silva, a associação tem feito um levantamento que aponta para um número elevado de

crianças com problemas de locomoção, em todas as ilhas do arquipélago. Entretanto apesar da disponibilidade da técnica franceses, a sua vinda para o Mindelo, com o objectivo de cooperarem na área da ortopedia, tem sido uma árdua tarefa. Aliás, este assunto chegou a criar fricção entre a associação e a direcção do "Baptista de Sousa", num passado recente. Mas Lídia Silva acredita que essa fase esteja a ser ultrapassada neste momento. "Tivemos um encontro com a direcção do hospital que mostrou vontade em analisar a possibilidade de retomarmos essa cooperação", adianta a vice-presidente da Cooperação Cap Vert, que defende o alargamento das parcerias da associação no campo da saúde para outros estabelecimentos hospitalares, nomeadamente o Central da Praia.

Com base nessa cooperação, três crianças deverão viajar para a França até finais de Março, duas delas para colocação de próteses e uma terceira para tratamento num fémur. Uma delas parte no próximo dia 28 de Fevereiro, enquanto que as outras estão a aguardar o desembarco da documentação.

KzB

MÃE E FILHOS EM PERIGO



Antes que a casa caia

O perigo espreita em cada centímetro da casa onde Cheila Patrícia mora com três dos seus quatro filhos menores. O soalho de madeira está roto, talvez na mesma proporção das paredes de barro daquela que foi, em tempos idos, no Mindelo, uma majestosa residência de dois pisos.

Para quem nada tinha, Cheila não tem motivos para a reclamar. A casa pertence a uma outra pessoa, que lha emprestou para não ter de morar em plena rua com os três filhos. Mas ela conhece, como ninguém, o pesadelo de dormir debaixo de um tecto em estado avançado de degradação: buracos e tábuas soltas no soalho, escadaria bamba, paredes a cair aos bocados, porta rota, poeira em suspensão, cheiro a casa velha... E, para completar o quadro, não tem água nem electricidade.

Analfabeta, Cheila nunca teve direito a emprego. Mesmo assim tem quatro filhos, todos ainda menores: dois meninos e duas meninas. O mais velho tem nove anos e o novo rebento conta apenas um ano e dois meses de vida. “Devido ao problema que tenho nas pernas, não posso tomar pílula”, justifica, referindo-se às varizes que lhe tomaram conta dos membros inferiores. Mas bem que podia usar a camisinha, né? Apanhada em contrapé, esboça apenas um sorriso.

Faz um ano que Cheila, 26 anos, vive em plena cidade do Mindelo, na fronteira com o hospital Baptista de Sousa, numa casa de dois pisos, pronta a desabar. A sua vida parece uma encruzilhada, sem uma saída airosa a despontar no horizonte. Os filhotes, segundo Cheila, estão por sua con-

ta e risco, sem o mínimo apoio financeiro dos pais. “Um deles teve de registar o filho sob pressão do Instituto de Menores. Mas eles não estão minimamente preocupados com o futuro dos filhos”, conta.

Consciente das suas limitações físicas e profissionais, Cheila quase que já baixou os braços. Nunca procurou apoio nas instituições vocacionadas para o auxílio de carácter social pois, na sua cabeça, vai receber em troca uma clara negação. “Vão dizer que ainda sou jovem e que posso trabalhar para educar os meus filhos”, explica os seus temores.

Fazendo espelho na sua pessoa, Cheila augura uma vida diferente para os seus filhos. A sua esperança é que tenham “cabeça para a escola”, porque, quanto a ela, não conseguiu passar da primeira classe.

Repetiu, e a avó dela acabou por a tirar das aulas.

Quando calha, Cheila tira um dia de trabalho, lava e passa roupa ou então limpa uma casa. Nunca teve um emprego fixo, nem sequer como empregada doméstica. Resta saber porquê, com tanta gente à procura desse tipo de serviço. Sem dinheiro e formação profissional, a vida futura torna-se uma grande incógnita na sua mente.

Questionada sobre o tipo de auxílio que, na sua perspectiva, seria imprescindível neste momento, aponta uma residência condigna e um emprego fixo. O resto, como explica, viria por arrastamento, antes que a casa onde mora venha mesmo a desabar. E nada disto é eufemismo.

Kim-Zé Brito

Irmãos vivem da caridade dos vizinhos

Júnior e Jennifer são duas crianças, de quatro e dois anos, respectivamente, que dia e noite deambulam pelas ruas de Lém-Ferreira, dependendo da caridade dos vizinhos para comer, dormir e até mesmo vestir. Os pais, esses, pouco se preocupam com os seus rebentos. Inclusive há quem diga que, em vez de comida, a mãe oferece-lhes bebidas alcoólicas.

A **Semana** foi encontrar as duas crianças em Lém-Ferreira. De jeito franzino, e não aparentando a idade real, Júnior e a irmã passam a maior parte do tempo vagueando pelos becos daquela zona do subúrbio da capital, dependendo da boa vontade alheia para comer um prato de comida e dormir numa cama quente. Sobretudo nestas noites frias e longas que ultimamente se tem verificado.

A sorte destes dois menores, de acordo com uma fonte, começou a mudar em Setembro, quando a avó paterna, com quem moravam, emigrou para Por-

tugal. A partir daí ficaram entregues à própria sorte, já que o pai — com quem vivem actualmente — sai de manhã e só volta à noite, não dispensando, assim, a atenção de que estas crianças tanto necessitam. Quanto à mãe raramente as crianças a vêem, e quando isso acontece ela, geralmente, está sob efeito do álcool.

Esta situação, que é do conhecimento de todos, vem causando preocupação no seio da comunidade. Apesar de ajudar no que pode, oferecendo comida, vestuário e até guarida, alguns moradores da zona estão apreensivos com o futuro do Júnior e Jennifer. Há quem acredite mesmo que eles não estão registados e, por isso, receiam que, do jeito em que as coisas se encontram, podem até não frequentar a escola. Pior do que isso, temem que lhes aconteça algum mal, pois estão na rua até altas horas.

A **Semana** contactou o Instituto Cabo-verdiano de Menores, para saber se tem conhecimento deste caso, e a resposta foi negativa, tendo anotado os nomes dos dois menores para ver o que pode fazer por eles. Até porque o ICM está a desenvolver um programa para melhorar as condições de vida das crianças de rua e dos menores em situação de risco. O projecto, que irá ser apresentado em Abril, está a ser executado por um técnico brasileiro e por um nacional, e contemplam nos centros de acolhimento de São Vicente, Praia, Santa Catarina e Sal.

Este programa virado não só para as crianças em situação de risco - que se deparam com problemas vários em casa - , como também para a respectiva família, é apoiado pelo Governo e inclui quatro linhas de intervenção, designadamente a educação, a profissionalização, a habitação e actividades geradoras de emprego.

PM/JF